



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

REFERÊNCIA: **Ata de Registro de Preços - Manutenção Predial do Interior**

REQUERENTE: JOSÉ LINDSTRON PACHECO – Pregoeiro da CPL.

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº. 030/2020 – CPL/PGJ – MA.

OBJETIVO:

Análise acerca da proposta apresentada na Licitação relativa ao Pregão Eletrônico nº. 030/2020-CPL-PGJ-MA. Esta objetiva a **Contratação de ARP de Manutenção Predial Preventiva da Capital**, conforme consta no Processo Administrativo nº. 8699/2020 DIGIDOC.

DISCRIMINAÇÃO:

EMPRESA: CONSTRUTORA CARDOSO EIRELLI – CNPJ: 03.785.719/0001-73

1) HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- A empresa apresentou registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) comprovada através de certidão expedida pelo referido órgão, como também apresentou Atestado (s) de Capacidade Técnica da mesma, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver executado serviços similares em quantidade e qualidade ao objeto da presente licitação conforme item 6.1 do Termo de Referência anexo ao Edital.

- A empresa apresentou habilitação técnica do responsável técnico Engenheiro Civil, mas **não** apresentou habilitação do Engenheiro Eletricista, conforme item 6.4 e 6.5 do Termo de Referência, anexo ao edital.

2) ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA

- A planilha sintética apresenta inúmeros serviços com preços unitários inferiores a 70% do preço da Administração de forma que o desconto global ofertado pela licitante ficou maior que 30%. Portanto os serviços indicados na planilha comparativa em anexo, que incorrem nessa inconformidade, são considerados inexequíveis e, além disso, não houve comprovação de exequibilidade dos mesmos conforme exigido no item 2.1.5 do termo de referência, anexo ao edital.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

3) PARECER

Devido aos problemas observados na proposta enviada pela licitante, citados na análise, o parecer desta Coordenação de Obras de Engenharia e Arquitetura – COEA é pela desclassificação da licitante em questão.

Essa é a nossa análise, e mais, sugerimos que sejam atendidas, as prescrições da Lei 8.666/93 para o julgamento da habilitação das empresas.

São Luís, 25 de agosto de 2019.

Ravilson Galvão Meireles
Analista Ministerial – Mat. 1069392
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA – PGJ

Eng.º Gilberto Duailibe Mouchrek
Coordenador
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA – PGJ